

EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA: PRIMEIROS ANOS DE UM NOVO SÉCULO¹.

Thaienn Paes Leme Alberto – UFU/MG²

RESUMO

O presente artigo é resultado de estudos e reflexões desenvolvidos no âmbito do mestrado em educação e se propôs a analisar os processos de expansão universitária no início do século XXI, essencialmente o período compreendido entre 2003 e 2012, onde a expansão se faz pela ampliação das ofertas de vagas no ensino superior por meio de políticas públicas para educação. Para tanto procedeu-se inicialmente pesquisa bibliográfica, seguido de pesquisa documental: analisou-se o Plano Nacional de Educação (PNE/2001), o Programa de Expansão da Educação Superior Pública (2003) e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE/2007). No eixo do PDE que trata Educação Superior destacam-se: os Programas de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em 2007, este último subsidiado pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), no mesmo ano, e, pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU), em 2010. Os números apresentados demonstram que houve crescimento do investimento em educação por meio de programas como Expandir, REUNI, PROUNI, FIES, UAB, que possibilitaram a ampliação das ofertas de vagas na educação superior e aumento no número total de matrículas. Foi possível averiguar que a expansão universitária é um dos componentes que consubstanciam a democratização da educação superior, e deve vir acompanhada de políticas públicas que promovam o acesso, a inclusão e permanência de alunos provenientes de todas as camadas sociais nas universidades.

Palavras-chave: Universidade, expansão, democratização, educação superior.

1. Introdução

Entendemos por expansão da educação superior o processo de ampliação de ofertas, nesta modalidade de ensino, nas Instituições de Ensino Superior (IES) por meio de políticas públicas para educação; ressaltando que a democratização desse nível de ensino não se reduz à expansão da oferta de vagas. A expansão universitária é um dos componentes que consubstanciam a democratização da educação superior, e deve vir acompanhada de políticas públicas que promovam a inclusão e permanência de alunos provenientes de todas as camadas e grupos sociais nas universidades públicas, com a garantia de qualidade no ensino, pesquisa e extensão. Para Santos (2010), no Brasil e no mundo esse processo ocorre pela ação estatal via macropolíticas educativas que afetam a educação superior brasileira.

Este estudo objetiva analisar os processos de expansão da educação superior no período de 2003-2012, de maneira a elucidar se esse processo teve como meta uma expansão, inclusiva, democrática e de qualidade como sugere o discurso oficial. Para tal finalidade

- 1 Este artigo é parte integrante da dissertação de mestrado intitulada “A EXPANSÃO, DEMOCRATIZAÇÃO E INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: impactos dos programas expansionistas na UFU (2003 a 2012)”.
- 2 Graduação em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), mestre em Educação pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) – Unidade Paranaíba, doutoranda em Educação na Faculdade de Educação/UFU – thaienn@ufu.br

procedeu-se inicialmente à pesquisa bibliográfica para levantar o conhecimento já produzido, seguido de pesquisa documental: analisou-se o Plano Nacional de Educação (PNE) (2001), o Programa de Expansão da Educação Superior Pública (2003) e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (2007).

No eixo do PDE que trata Educação Superior destacam-se: os Programas de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em 2007, este último subsidiado pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), no mesmo ano, e, pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU), em 2010.

As universidades federais contribuem ativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do país e para a transformação da realidade na qual estão inseridas. Os projetos de reestruturação das universidades, propostos pelo governo federal, foram justificados como meio de expansão, democratização e inclusão do ensino público e de qualidade, com vistas à contribuição para o desenvolvimento e à diminuição das assimetrias regionais existentes no país.

Os números apresentados demonstram que houve aumento do investimento em educação, avanços na educação superior por meio de programas como Expandir, REUNI, PROUNI, FIES, UAB, que possibilitaram a ampliação das ofertas de vagas na educação superior, bem como o aumento no número total de matrículas e a interiorização das universidades. A despeito de alguns percalços, o processo de expansão universitária significa uma nova fase na democratização da educação superior no país.

2. O Desenvolvimento da Educação Superior no Brasil

No Brasil como no mundo, a segunda metade do século XX foi marcada por uma expansão sem precedentes da demanda e da oferta de cursos de educação superior, ligadas tanto à valorização do saber acadêmico pelo mercado de trabalho quanto ao crescimento da importância da pesquisa acadêmica. O surgimento deste fenômeno atrela-se às demandas da denominada sociedade capitalista industrial, relativas à crescente necessidade de mão de obra técnica e intelectualmente qualificada a fim de garantir o sucesso de novos padrões de produção e reprodução do capitalismo, (SGUISSARDI, 2009).

A fim de garantir a manutenção de seus padrões de produção de bens e riqueza no pós-guerra, os países líderes do capitalismo começaram a investir em educação superior liderando a produção científica e tecnológica (produção de conhecimento) mundial. O conhecimento é transformado num dos principais responsáveis pelo processo de desenvolvimento, tanto em termos de padrões de crescimento ou progresso econômico, quanto em termos de padrões

sociopolíticos das nações. Assim, no Brasil, entre as décadas de 60 e 80, instituições de ensino superior foram criadas e algumas, posteriormente, foram federalizadas.

A partir dos anos 90, o ensino superior sofreu um processo de deterioração acentuada. O prolongado ajuste fiscal, que já vinha desde a década anterior, teve como consequência imediata a diminuição dos investimentos públicos em educação em todos os níveis. Durante boa parte dos anos de 1990 e 2000, as universidades, em especial as universidades públicas federais, foram contidas em seu desenvolvimento institucional e expansão, devido à redução do investimento público nos serviços tidos como não exclusivos do Estado, como a educação, saúde e cultura – em consonância com o modelo de governo neoliberal. Bresser-Pereira (1998) – ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (1995-1998) e Ministro da Ciência e Tecnologia (1999) – incentiva a participação da iniciativa privada nestes setores, por meio de subsídios e financiamentos, e propicia o fortalecimento do processo de privatização dos referidos serviços.

Esta tênue separação entre as esferas do público e do privado se reproduziu nas políticas educacionais, expondo o caráter ideologicamente privatista que foi adotado pelo Estado brasileiro no campo da educação superior. A reforma na educação foi impulsionada sob a influência de organismos internacionais, em especial do Banco Mundial.

Dourado (2002, p. 4) destaca as diretrizes para a educação superior, de acordo com as recomendações do Banco Mundial:

[...] privatização deste nível de ensino, sobretudo em países como o Brasil, que não conseguiram estabelecer políticas de expansão das oportunidades educacionais pautadas pela garantia de acesso e equidade ao ensino fundamental [...] estímulo à implantação de novas formas de regulação e gestão das instituições estatais [...] aplicação de recursos públicos nas iniciativas privadas [...] diversificação do ensino superior, por meio do incremento à expansão do número de instituições não-universitárias; entre outras.

Com essa política neoliberal privatista dos anos 90, intensifica-se a discussão em torno da relação entre o Estado e o sistema de educação superior, principalmente o sistema federal. O Estado, ao mesmo tempo em que aumenta sua função avaliadora e coordenadora do sistema de ensino, diminui os recursos destinados às instituições estatais; além de promover a defesa da diversificação das fontes de financiamento do setor privado. (GOMES, 2002). Torna-se perceptível que a concepção do governo sobre a educação superior é a de que ela consiste em gasto e não em investimento, assim, deve ser ofertado pelo mercado.

Sguissardi (2005, p. 15) relata o novo formato que universidade tomará com base nesta forma de governo:

[...] percebe-se a nítida passagem de um modelo de universidade autônoma – independente da direção do Estado, ainda que custeada por este, e do mercado – para o de uma universidade heterônoma – dependente dos recursos, da direção e do controle não somente do Estado mas em especial do mercado.

No final dos anos de 90, em linhas gerais, o sistema educacional brasileiro, principalmente naquilo que concerne à educação superior, pode ser descrito como: bastante elitista em termos de possibilidades de acesso; dual, no sentido de que os setores públicos e privados desempenham papéis complementares; predominantemente privado; concentrado em poucas carreiras; pouco interiorizado (AGUIAR, 2013).

O término do governo neoliberal de FHC e o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), por se apresentar como um governo popular democrático e tendo em vista o Plano de Governo para a Educação Superior, gerou grandes e ambiciosas expectativas na sociedade de que esta – Educação Superior – sofresse um importante processo de desenvolvimento. O governo dos dois mandatos de Lula (2003-2006; 2007-2010) em contraposição aos de seu antecessor, apresenta como traços principais a priorização: das políticas sociais e não o ajuste fiscal; dos processos de integração regional e não os tratados de livre-comércio com os Estados Unidos; e do papel do Estado como provedor do crescimento econômico e da distribuição de renda, ao invés do Estado mínimo e da centralidade do mercado.

No âmbito da educação superior é possível perceber que algumas das políticas públicas e programas empreendidos nos anos de governo de FHC, ora tenderam a continuidades, como, por exemplo, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), em 2005, e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), em 2010; ora a avanços, como o Programa de Expansão da Educação Superior Pública (2003), o Projeto de Lei nº3.627 que propõe a reserva de vagas para estudantes de escolas públicas e minorias étnicas nas Universidades Federais (2004), a Universidade Aberta do Brasil (2006), e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)³ (2007) que consistia em um conjunto de programas objetivando aprimorar a educação no Brasil, estruturados em cinco eixos principais: educação básica, educação superior, educação profissional, alfabetização e diversidade. Em conjunto com o PDE, foi aprovado o Decreto Lei nº 6.094 que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

3 O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) é um conjunto de programas que visam melhorar a Educação no Brasil, Pode-se dizer que nele estão fundamentadas todas as ações do Ministério da Educação (MEC). Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br>>.

No eixo do PDE que trata Educação Superior destacam-se: os Programas de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em 2007, este último subsidiado pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), no mesmo ano, e, pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU), em 2010.

3. A educação superior no *octênio* de Luís Inácio Lula da Silva.

As políticas educacionais para a educação superior, no governo Lula – por meio de seu Programa de Governo intitulado: Uma escola do tamanho do Brasil – defendeu uma conjuntura em que a educação, especialmente a superior, fosse central para o desenvolvimento do país. Intensificou-se a criação de políticas educacionais para promoverem a democratização do acesso às universidades brasileiras e a permanência dos alunos nestas instituições.

A educação superior é reconhecida por seu valor na formação acadêmica e ética de recursos humanos, nas atividades de pesquisa científica e tecnológica e no desenvolvimento cultural, econômico e social. As fortes demandas populares por acesso à educação superior situam-na hoje no horizonte dos direitos sociais básicos. As universidades públicas e os institutos de pesquisa – na qualidade de instituições complexas, que detêm a síntese da capacidade intelectual, científica e cultural – devem ser valorizados e integrados ao processo de desenvolvimento nacional, considerando sua importância na recuperação da capacidade de produção própria de ciência e tecnologia e seu papel crítico diante da sociedade. (COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, 2002, p. 4).

O programa enfatizava a educação como base de desenvolvimento econômico, vinculado a uma nova dimensão cultural e social. As universidades públicas, em especial as federais, foram elevadas ao papel de protagonistas no processo de reestruturação da educação superior, contrário ao governo antecessor onde a via de atuação favorecia o setor privado.

Nosso governo vai empenhar-se para ampliar as vagas e matrículas na educação superior, em especial pública. Estimulará a qualidade do ensino, que também decorre da multiplicação dos investimentos no setor público, do respeito ao princípio da associação entre ensino, pesquisa e extensão e da permanente avaliação das IES públicas e privadas para a melhoria da gestão institucional e da qualidade acadêmica, com cumprimento de sua missão pública no âmbito local, regional ou nacional. (COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, 2002, p. 27).

Para Sguissardi (2009, p. 216) os compromissos básicos que permeiam o Programa de Governo para a Educação (PGE) resumem-se em:

- a) Promoção da autonomia universitária e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nos termos constitucionais (artigo 207 da CF);
- b) Consolidação das instituições públicas como referência para o conjunto das IES do país;
- c) Expansão significativa da oferta de vagas no ensino superior, em especial no setor público e em cursos noturnos;
- d) Ampliação do financiamento público ao setor público, revisão e ampliação do crédito educativo e criação de programas de bolsas universitárias, com recursos não vinculados constitucionalmente à educação;
- e) A defesa dos princípios constitucionais da gratuidade do ensino superior público (artigo 206, IV, da CF).

Embasados nesses compromissos, no programa de governo – Uma escola do tamanho do Brasil – a educação superior foi tratada em 25 propostas, que contemplam um amplo rol de ações e medidas a serem implementadas durante o mandato (2003 – 2006). Percebe-se que sob muitos aspectos, as metas do PNE (2001) foram retomadas, tentando recuperar propostas que haviam sido vetadas pelo então presidente FHC (SGUISSARDI, 2009). Dentre as propostas, em resumo, destacam-se:

[...] Ampliar, em quatro anos, as vagas no ensino superior, em taxas compatíveis com o estabelecido no PNE (Prover até o final da década, a oferta da educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos); [...] Ampliar a oferta de ensino público universitário, de modo a projetar, no médio prazo, uma proporção de no mínimo 40% do total de vagas, prevendo inclusive a parceria da União com os Estados na criação de novos estabelecimentos de educação superior (Meta referenciada em dispositivo do PNE aprovado pelo Congresso Nacional e vetado pelo presidente da República); [...] Estabelecer e implantar medidas que visem diminuir a desigualdade de oferta de cursos e vagas de graduação e pós-graduação em termos regionais e de interiorização; [...] Estabelecer mecanismos e critérios que superem os limites do atual processo de Seleção e considerem a possibilidade de novas formas de acesso ao ensino superior, em especial para negros e estudantes egressos da escola pública [...]. Criar um Programa de Bolsas Universitárias, no âmbito do Programa Nacional de Renda Mínima, para beneficiar 180 mil estudantes carentes que estudem em cursos de qualidade comprovada e que, em contrapartida, realizem trabalho social comunitário [...]. (COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, 2002, p. 29-30)

Em 2003, oficialmente, uma das primeiras medidas desse governo foi o Decreto de 20 de outubro de 2003 que “institui Grupo de Trabalho Interministerial – GTI⁴ encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES” (BRASIL, 2003).

Esse grupo apresentou o documento intitulado “Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a reforma” como produto final de suas

4 O GTI foi composto por 12 membros, sendo dois representantes de cada um dos órgãos que se seguem: Ministério da Educação; Casa Civil; Secretaria Geral da Presidência da República; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério da Fazenda.

análises, o documento “busca sugerir ideias para enfrentar a crise das universidades federais e orientar o processo de reforma da universidade brasileira”. (BRASIL, 2003, p.1).

Ele é composto de quatro partes. A primeira apresenta o elenco de ações emergenciais para o enfrentamento imediato da crítica situação das universidades federais. A segunda ressalta a necessidade da efetiva implantação de autonomia à universidade federal. A terceira parte aponta para linhas de ação imediata, que possam complementar recursos e ao mesmo tempo propiciar um redesenho do quadro atual. A quarta indica as etapas necessárias para a formulação e implanta da reforma universitária brasileira. (BRASIL, 2003, p.1).

O documento aponta para a necessidade de: expansão de vagas nas universidades públicas, federais, estaduais e municipais, sem comprometer a qualidade do ensino; propiciar o sonho de concluir o ensino superior a jovens sem possibilidades de ingresso nas universidades públicas e sem recursos para pagar instituições particulares; ampliação do quadro docente e de servidores técnicos administrativos em educação; implementação da educação à distância; financiamento universitário e intensificação da autonomia universitária. (BRASIL, 2003). A partir do relatório apresentado, propôs um plano emergencial para reforma da educação superior no Brasil.

Aguiar (2015, p. 115) argumenta que:

Apesar de algumas propostas pontuais e projeções quanto a custos e investimentos envolvidos nestas, a maior parte jamais colocada em prática, podemos afirmar que o documento apresentado, em seu conjunto, ficou muito aquém de um plano de ação que visaria à reestruturação, desenvolvimento e democratização das IFES. Ele é demasiadamente genérico, impreciso e irrealista.

Diferente de Otranto (2006, *apud* Aguiar, 2015), para quem o documento serviu de baliza para toda a política para a educação desenvolvida posteriormente pelo governo Lula.

Segundo Melo (2009), devido a Reforma da Educação Superior ambicionada pelo Governo Lula não ser aprovada de imediato, o Governo buscou novas medidas e estratégias para o problema do acesso à educação superior. Dentre elas, destacamos as que dizem respeito diretamente à democratização do acesso: o Programa de Expansão das IFES (Expandir), o PROUNI e o FIES, a UAB⁵, e o REUNI.

5 O sistema UAB foi instituído pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006, para "o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País". A meta prioritária do Sistema UAB é contribuir para a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação, por isso, as ofertas de vagas são prioritariamente voltadas para a formação inicial de professores da educação básica. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/uab/o-que-e-uab>>.

Dentre as variadas críticas sobre a educação brasileira, uma parece ser consenso: o governo Lula avançou em relação ao governo Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Moacir Gadotti, presidente do Instituto Paulo Freire, relata em entrevista dada à Revista Caros Amigos: “Lula avançou bastante em comparação às políticas anteriores. Em primeiro lugar, no acesso ao ensino superior, a expansão das universidades públicas e federais foi extraordinária. O acesso ao ensino médio foi extraordinário também⁶”. (MONCAU; NAGOYA, 2010, on-line).

Embora no discurso governamental de Lula as universidades públicas, desempenhassem o papel de protagonistas no cenário de reestruturação da educação superior, há de se notar que as políticas de expansão adotadas fizeram parte de um movimento paradoxal do governo, pois não houve diminuição do setor privado. Segundo dados do censo da educação superior do ano de 2015, é possível aferir que o ensino superior privado – com incentivo e financiamento pelo poder público – avançou em proporções maiores que a educação superior pública, conforme nos mostra a quadro 4 abaixo

QUADRO 1 – Matrículas de graduação no Brasil, evolução.

| Matrículas | 2003 | 2012 |
|-----------------------|-----------|-----------|
| Instituições públicas | 1.136.370 | 1.897.376 |
| Instituições privadas | 2.750.652 | 5.140.312 |
| Total | 3.887.022 | 7.037.688 |

Fonte: INEP, 2003, 2012.

O avanço no número de matrículas no setor privado possibilita que mais pessoas possam concluir o ensino superior e corrigir demandas há muito tempo reprimidas; porém, em instituições onde a qualidade do ensino nem sempre é a prioridade. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, em 2014, aponta que 55,8% dos docentes das Universidades públicas eram doutores. Já a rede privada possuía um total de 19,8% com essa titulação. De acordo com o ranking de universidades da Folha de São Paulo, em 2014, as 17 melhores universidade do país eram públicas, as instituições privadas aparecem em décimo oitavo, vigésimo e depois somente em trigésimo segundo⁷. Apesar das melhores universidades serem públicas e possuírem os melhores profissionais, foi a rede privada que mais se expandiu, propiciando uma expansão mais quantitativa do que qualitativa nesse nível de ensino.

6 Matéria disponível em: <<http://www.carosamigos.com.br/index.php/cultura/137-edicoes/educacao-164/4033-educacao-avancos-e-retrocessos-do-governo-lula>>.

7 Informação disponível em: <http://ruf.folha.uol.com.br/2014/rankingdeuniversidades/>.

A educação superior foi posta como exemplo dos paradoxos que caracterizam o governo Lula, que fez do Estado um instrumento de mediação entre as classes sociais, cedeu aos interesses das elites e também efetivou projetos e políticas sociais no intuito de satisfazer as necessidades das camadas menos favorecidas da população brasileira, Carvalho (2006) salienta:

[...] bastante contraditória, tanto no discurso como na *práxis*. No discurso presidencial, por um lado, afirma a educação superior como um bem público imbuído de função social, mas, ao mesmo tempo, justifica, constantemente, seu gasto por trazer um retorno econômico futuro à sociedade, nos moldes da lógica do investimento em capital humano, enfatizada nos documentos do BIRD. Na prática, por um lado, estreitou as relações público/privado e optou pela solvência das IES privadas através do PROUNI, bem como manteve e até mesmo aprofundou os parâmetros avaliativos e a função regulatória do Estado através do SINAES, mas, por outro, reverteu, em parte, o processo de sucateamento do segmento federal e de desvalorização do serviço público em geral, inclusive, com a reposição salarial e dos quadros funcionais. (CARVALHO, 2006, p. 11).

Programas como Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) constituíram-se como os pilares da expansão da educação superior na rede privada, no período aqui estudado.

Porém, o então ministro Fernando Haddad em entrevista ao jornal O Globo em 2010⁸, ao responder as muitas críticas do porquê ao contrário de ampliar recursos para as universidades públicas, o governo estimulava o acesso dos alunos às instituições privadas com programas como o PROUNI, traz:

Uma das características dessa gestão foi justamente não cair no dogmatismo e superar clivagens estereotipadas. Na verdade essas coisas não se conflitam [investimentos no setor público e bolsas no setor privado]. A realidade é um pouco mais complexa e exige estratégias diversificadas. Um país que tem tanto por fazer não pode dispensar uma estratégia em proveito da outra. Temos que fazer tudo que for necessário, não dá para esperar. (AGÊNCIA BRASIL, 2011, on-line).

De acordo com o censo da educação superior, em 2003, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o governo, o Brasil tinha 3,88 milhões de estudantes no ensino superior, no final de seu governo, em 2012, o número aumentou para 7,04 milhões de alunos. A meta estipulado no PNE, aprovado em 2001, de prover até o final da década a oferta da educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos não foi alcançada em

8 Leia mais: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/durante-governo-lula-expansao-do-acesso-ao-ensino-superior-se-deu-com-apoio-das-particulares-2905475#ixzz5NQKmDyQv>>.

2010, contudo o censo da educação superior de 2013 informou que em 2012 o percentual de alunos frequentando a educação superior já representava quase 30%.

QUADRO 2 - Porcentagem de matrículas na educação superior em relação à população de 18 a 24 anos – Taxa Líquida e Bruta de Matrícula⁹

| Ano | Taxa líquida % | Taxa Bruta % |
|------|----------------|--------------|
| 2003 | 11,1 | 20,2 |
| 2005 | 11,5 | 21,2 |
| 2007 | 13,3 | 25,5 |
| 2009 | 14,8 | 28,1 |
| 2011 | 14,9 | 29,6 |
| 2013 | 16,6 | 32,3 |

Fonte: Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/12-ensino-superior>>. Acesso em: 14 de jun. 2018

O gasto público total com educação também apresentou índices de crescimento, conforme nos mostra o quadro 6 abaixo:

QUADRO 3 – Parcela do PIB (em %) gastos com Educação (2003-2013)

| ANO | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| PIB% | 4,6 | 4,5 | 4,5 | 5,0 | 5,2 | 5,4 | 5,7 | 5,8 | 6,1 | 6,4 | 6,6 |

Fonte: INEP/MEC e Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 2014.

Em que pese as críticas ao governo Lula, os números apresentados demonstram que houve aumento do investimento em educação, avanços na educação superior por meio de programas como Expandir, REUNI, PROUNI, FIES, UAB, que possibilitaram o aumento nas ofertas de vagas na educação superior, bem como o aumento no número total de matrículas e a interiorização das universidades. Foram promovidas mudanças nas formas de ingresso e acesso as universidades com o intuito de atender a maioria da população, principalmente as marginalizadas pela sociedade; além da criação de bolsas universitárias para beneficiar estudantes carentes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao caminharmos na história da educação superior brasileira, percebemos que a imprescindibilidade da educação superior pública, gratuita, inclusiva e de qualidade não

⁹ Taxa líquida é a razão entre o número total de matrículas de alunos com a idade prevista para estar cursando um determinado nível e a população total da mesma faixa etária. Taxa Bruta é a razão entre o número total de alunos matriculados em um determinado nível de ensino (independentemente da idade) e a população que se encontra na faixa etária prevista para cursar esse nível.

figurava entre as prioridades governamentais. As universidades públicas, patrimônio da sociedade brasileira, desempenham (passado, presente e futuro) papel estratégico na redução das desigualdades sociais, regionais e econômicas que caracterizam negativamente nosso país. Esse descaso com a educação superior pública, essencialmente a federal, gerou uma situação de precarização vivida pelas universidades federais, fato este constatado em 2003 pelo Grupo de Trabalho Interministerial.

Políticas públicas como Expandir e REUNI possibilitaram o aumento de vagas na graduação em IFES. Em 2007, havia 5,8 milhões de estudantes matriculados em cursos de graduação, em 2016 a marca chegou a 8 milhões¹⁰. Podemos inferir que houve um avanço quantitativo de vagas em diversos formatos: expansão de vagas em cursos já existentes em IFES já consolidadas, criação de vagas em novos cursos em IFES existentes, criação de vagas em novos cursos de novos *campi*, criação de novas vagas em novas instituições; além do avanço geográfico por meio da interiorização das instituições em direção às regiões mais afastadas ou menos desenvolvidas.

O debate entre o público e o privado ainda necessita ser enfrentado, visto o aumento expressivo nas instituições particulares de ensino superior fomentadas pelo governo; a universidade pública, gratuita, inclusiva e de qualidade deve ser o resultado de qualquer política pública para educação.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Durante governo Lula, expansão do acesso ao ensino superior se deu com apoio das particulares. **O Globo**, 2011. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/durante-governo-lula-expansao-do-acesso-ao-ensino-superior-se-deu-com-apoio-das-particulares-2905475#ixzz5NQKmDyQv>>. Acesso em: 06 de agosto 2018.

AGUIAR, V. **Ampliação e diversificação do acesso no Ensino Superior**: a formação do sistema de massa no setor privado (1995 – 2010). Campinas, 2013. 224f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281326>. Acesso em: 23 de agosto 2018.

AGUIAR, V. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. **Revista de Sociologia e Política**. v. 24, n. 57, p. 113-126, mar. 2015.

BRASIL. **Decreto s/n, de 20 de outubro de 2003**. Institui o Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando a reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES. Brasília-DF, 2003.

10 Jornal da UFU nº 181 “Evasão e Retenção”, de 06 de julho de 2018. Disponível em: <<http://www.comunica.ufu.br/midia/jornal-ufu/2018/07/abriljunho-2018-numero-181>>. Acesso em: 11 de julho de 2018.

BRASIL. **Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007.** Institui o Plano de metas compromisso todos pela educação. Brasília-DF, 2007a.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de Abril de 2007,** que Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília-DF, 2007b. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 21 de dezembro de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Diretrizes Gerais do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.** Brasília-DF: MEC: SESu, 2007c. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2018.

CARVALHO, C. H. A. **Política para o ensino superior no Brasil (1995 -2006):** Ruptura e continuidade nas relações entre público e privado. Anped, 29º reunião, 2006. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT11-2337--In.pdf>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE. **Caderno temático do Programa de Governo:** uma escola do tamanho do Brasil. São Paulo: Comitê Lula Presidente, 2002. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/uploads/umaescoladotamanhodobrasil.pdf>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2017.

DOURADO, L.F. Reforma do estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação e Sociedade,** Campinas, vol. 23, n. 80, set. 2002, p. 234-252. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2018.

GOMES, A. M. Política de avaliação da educação superior: controle e massificação. **Educação e Sociedade,** São Paulo: Cortez, v. 23, n. 80, p. 277-300, set. 2002.

INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo nacional da educação superior 2003:** resumo técnico. Brasília-DF, Ministério da Educação, 2004.

INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo nacional da educação superior 2012:** resumo técnico. Brasília-DF, Ministério da Educação, 2013.

INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo nacional da educação superior 2013:** resumo técnico. Brasília-DF, Ministério da Educação, 2014.

MELO, L. V. S. **Democratização do acesso à educação superior pública no Distrito Federal.** 2009. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

MONCAU, G.; NAGOYA, O. Educação: avanços e retrocessos do governo Lula. **Caros Amigos,** São Paulo, novembro 2010. Disponível em: <<http://www.carosamigos.com.br/index.php/cultura/137-edicoes/edicao-164/4033-educacao-avancos-e-retrocessos-do-governo-lula>>. Acesso em: 06 de agosto de 2018.

SANTOS, B.S. **A universidade no século XXI:** para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010, Coleção Questões de Nossa Época, v.11.

SGUISSARDI, V. **Universidade Brasileira no século XXI:** desafios do presente. São Paulo: Cortez, 2009.

SGUISSARDI, V. **Internacionalização, Gestão Democrática e Autonomia Universitária em Questão.** Série Documental. Textos para Discussão. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.